



O contributo da biblioteca escolar para o reforço da escola inclusiva

Hermínia Pires

10

bibliotecarbe
Rede Bibliotecas Escolares

projetos e parcerias

10

bibliotecarbe
Rede Bibliotecas Escolares

O contributo da biblioteca escolar para o reforço da escola inclusiva

Editor Rede de Bibliotecas Escolares
Avenida 24 de Julho, 140
1399-025 Lisboa
<http://www.rbe.mec.pt>
rbe@rbe.mec.pt

Design gráfico Rede Bibliotecas Escolares

junho de 2017

Pires, Hermínia

O contributo da biblioteca escolar para o reforço da escola inclusiva
(Biblioteca RBE)

ISBN 978-989-8795-04-5

CDU 027.8
364

Sumário

Introdução	1
Escola inclusiva e inclusão	3
Princípios gerais da escola inclusiva	3
Necessidades educativas especiais	6
Contributo da biblioteca escolar para a escola inclusiva	9
Missão e finalidades da biblioteca escolar	9
Fatores facilitadores do desenvolvimento de bibliotecas escolares inclusivas	10
Considerações finais	23
Referências bibliográficas	26

O contributo da biblioteca escolar para o reforço da escola inclusiva

Hermínia Pires

> Introdução

Uma Escola, de todos e para todos, a escola inclusiva, é o grande desafio das sociedades atuais, pois as novas teorias educativas, a generalização da ideia de aprendizagem ao longo da vida e de educação para todos, vieram dar uma nova dimensão às funções tradicionais da escola. Segundo Rodrigues (2011, p. 17) “A possibilidade de desenvolver uma educação cada vez mais inclusiva é, atualmente, uma questão que deixou de ser uma meta de determinados países e sistemas educativos para se converter num objetivo da agenda política global”.

No âmbito de uma educação sem exclusões, e colocando o enfoque nos processos de melhoria para o desenvolvimento de uma educação inclusiva, à luz do paradigma educacional do século XXI, defende-se que as bibliotecas escolares têm vindo a assumir-se, nas escolas do ensino regular, como centros de recursos privilegiados, procurando contribuir para que todos os alunos tenham acesso à informação, em vários suportes, para produzirem conhecimento mobilizável. De acordo com Todd (2011):

Numa época de mudança educacional intensa e de profundo crescimento da informação acessível, de certa forma impulsionada pela tecnologia da informação em rede, colocam-se aos professores bibliotecários desafios complexos e potencialmente em confronto, quanto ao futuro dos ambientes de informação nas escolas. A biblioteca escolar no século XXI diz respeito à construção de sentido e de novos conhecimentos e à construção de uma infraestrutura de informação e de recursos de informação para permitir isso. Esta é a ideia da biblioteca como um espaço de conhecimento, e não como um lugar de informação (p.1).

Cabe às bibliotecas escolares fornecer as melhores oportunidades de informação para que todos os indivíduos possam tirar o maior partido das suas vidas como cidadãos ativos, construtivos e independentes. Mas, perante o aumento de situações de vulnerabilidade da população escolar que caracterizam a escola contemporânea, nomeadamente, o crescente número de alunos oriundos de outros países, a elevada percentagem de discentes com comportamentos de risco e de alunos com necessidades educativas especiais (NEE), nas escolas do ensino regular, a biblioteca escolar confronta-se com o desafio de responder a uma população escolar com necessidades diversas que, muitas vezes, requer meios tecnológicos diferenciados e estratégias individualizadas de acesso à informação. Citando a Declaração de Salamanca (1994):

O desafio com que se confronta a escola inclusiva é o de ser capaz de desenvolver uma pedagogia centrada na criança, susceptível de educar com sucesso todas

as crianças, incluindo as que apresentam graves incapacidades. O mérito destas escolas não consiste somente no facto de serem capazes de proporcionar uma educação de qualidade a todas as crianças; a sua existência constitui um passo crucial na ajuda da modificação das atitudes discriminatórias e na criação de sociedades acolhedoras e inclusivas (p.6).

Estará a biblioteca escolar a responder, com eficácia, a este desafio?

A marca de uma biblioteca escolar do século XXI, embora ditada pelas suas coleções, a sua tecnologia, a sua equipa educativa, o seu espaço e a sua organização, é cada vez mais imposta pelas suas ações e evidências que mostram que a biblioteca faz uma diferença real na aprendizagem de todos os alunos, inclusive daqueles que revelam necessidades educativas especiais.

As bibliotecas escolares podem constituir-se como elementos facilitadores da inclusão ou como obstáculos à consolidação de uma escola inclusiva, consoante são sólidas e fundadoras de práticas de integração e de trabalho colaborativo ou são frágeis e coincidentes com uma cultura de escola não inclusiva e pouco aberta à articulação, à inovação e à mudança. Acreditamos que as bibliotecas escolares podem desempenhar um papel fundamental para o reforço da escola inclusiva, com base na gestão dos recursos de informação através de estruturas e redes, contribuindo para o desenvolvimento das diferentes literacias, garantindo o acesso, de todos à informação e ao currículo.

> Escola inclusiva e inclusão

> Princípios gerais da escola inclusiva

A educação como um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, do mundo inteiro, foi consagrada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas, em 1948.

Na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na Tailândia, em 1990, reafirma-se que “A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efectivas para reduzir as desigualdades” (p. 3). No documento que sintetiza os conteúdos daquela conferência, refere-se ainda a necessidade de eliminar os obstáculos que impeçam a participação ativa de todos, no processo educativo, salientando que nenhum indivíduo ou grupo deverá sofrer qualquer tipo de atitude discriminatória no acesso à educação, devendo ser garantida a igualdade de acesso aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência.

Mas, o conceito de escola inclusiva afirma-se com a Declaração de Salamanca (1994), decorrente da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, organizada pela UNESCO, em Salamanca, em junho de 1994, subscrita por cerca de 92 países, na qual, quanto à forma como as escolas se devem perspectivar na adoção de princípios de inclusão, se refere:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola” (p. 11 - 12).

A Declaração de Salamanca é uma referência incontornável no percurso da escola inclusiva, pois acolhe as novas concepções sobre a educação dos alunos com NEE, expressa a opção pela inclusão e traça as orientações necessárias para a ação, a nível nacional e a nível internacional, com vista à implementação de uma escola para todos. O excerto acima transcrito explicita bem a ideia de que a escola inclusiva é aquela que se caracteriza por adaptar a sua organização e o seu funcionamento de forma a proporcionar uma educação de qualidade a todo e qualquer aluno, indo ao encontro das necessidades de cada um, incluindo as crianças portadoras de deficiência. Deste modo, os alunos com necessidades educativas especiais devem ser integrados

nas classes regulares e beneficiar de medidas e serviços de apoio que tenham como objetivo proporcionar-lhes uma educação de qualidade, maximizando o seu potencial. Com a escola inclusiva pretende-se que todos os alunos aprendam juntos, respeitando as diferenças. A aprendizagem em conjunto apresenta-se vantajosa para todos. Para os alunos com necessidades educativas especiais, pois fomenta a sua participação em todos os aspetos da vida escolar e permite a interação com os seus pares, proporcionando-lhe melhores competências académicas e sociais. Para os alunos sem necessidades educativas especiais, a escola inclusiva, ao proporcionar o convívio com a diferença, fomenta, certamente, os valores da tolerância e do respeito mútuo.

Serrano (2008), refere também que o conceito de escola inclusiva se deve nortear por componentes essenciais como a diversidade de estilos de aprendizagem, a pedagogia de aprendizagem e a aprendizagem cooperativa. Segundo o autor

Centrar toda a cultura organizacional e pedagógica nos modos de aprendizagem dos alunos configura o elemento norteador da mudança a operar por todas as organizações escolares que almejem a educação inclusiva. Uma educação que desenvolva competências cognitivas para uma inserção crítica e positiva nesta sociedade do conhecimento e da informação. Uma pedagogia que promova competências sociais para a interação tolerante e solidária com o outro, tão premente neste tempo de imparável globalização. A escola inclusiva afigura-se, também, como uma resposta atrativa para os milhares de crianças e de jovens que vivem o drama da marginalização causado pela sua situação de insucesso crónico ou de abandono escolar (pp. 119-120).

O autor coloca o enfoque da escola inclusiva na aprendizagem, considerando que devem ser adotadas modalidades e estratégias pedagógicas centradas no aluno, apropriando-as às capacidades e necessidades de cada um. A escola deve, pois, conceber formas eficazes de contribuir para a educação de todos os alunos, incluindo aqueles que possuem alguma dificuldade, definindo estratégias favoráveis ao seu desenvolvimento sociocognitivo.

Também segundo Fonseca (1995), incluir, acolher e qualificar são os princípios de um ensino que se quer mais humanista e individualizado, porque os “seres humanos (...), independentemente das suas condições e potenciais, têm direito às mesmas oportunidades” (p. 200). Só a verdadeira inclusão permitirá encarar a escola como um local de aprendizagem para todos e para cada um, assente nos princípios da igualdade, da justiça e de respeito mútuo, evitando a exclusão, o insucesso e o abandono.

A escola contemporânea deve, portanto, responder à diversidade, implementando estratégias que necessariamente respondam às exigências de adaptação a ritmos e diferenças pessoais, no desenvolvimento da aprendizagem. Mais do que o direito à igualdade, reclama-se, cada vez mais, o direito à diferença, tendo em vista a formação de cidadãos ativos e interventivos. Citando Ducamp (1997)

“Bem sabemos que não há duas pessoas iguais – visto que tu tens sem dúvida,

tal como eu, a sensação de que és único e de que nunca podes trocar a tua maneira de ser com ninguém. Eu sou eu; tu és tu. Resta a cada um de nós conciliar as suas próprias relações com o direito à igualdade. Na realidade, trata-se do direito de afirmar as diferenças. É também o direito de não sermos considerados «inferiores» só por não sermos parecidos com os outros, por não termos a mesma cor de pele, a mesma religião, as mesmas ideias” (p.32).

A escola inclusiva impõe uma rutura com a teoria igualitária face aos objetivos escolares. Baseia-se no princípio do tratamento igualitário de todos os alunos, mantendo as desigualdades de partida. Nesta filosofia de inclusão, que respeita as diferenças individuais e pressupõe a diversidade curricular, os educadores/ professores têm um papel primordial. Compreender as capacidades e as necessidades de cada aluno no processo de aprendizagem é um desafio constante que deve ser encarado por todos os profissionais da educação que pretendem contribuir para uma educação equitativa e de qualidade.

A escola inclusiva pressupõe também um efetivo trabalho colaborativo entre diferentes parceiros (profissionais de educação, psicólogos, profissionais de saúde, técnicos sociais, famílias...) tornando a tarefa de incluir mais motivante e enriquecedora. A educação para todos, a educação inclusiva, não pode ser reduzida a uma mera questão técnica, não é um assunto restrito aos profissionais de educação. O envolvimento e contributos das famílias e da comunidade são decisivos, nomeadamente, nos planos da participação ativa das famílias, da colaboração escola - família e no estabelecimento de relações de confiança mútuas e recíprocas. Reconhece-se, assim, a necessidade que a escola tem de ir ao encontro dos ensejos, não só dos que povoam os seus espaços, mas também dos que estão à sua volta, pois, só com base nesta interação, é possível criar um ambiente verdadeiramente inclusivo e alargá-lo a uma escala mais vasta. Tal como é preconizado pela Declaração de Salamanca (1994, p. 37), “Deve ser desenvolvida uma colaboração cooperativa e de ajuda entre as autoridades escolares, professores e pais”.

Analisando o atual quadro legislativo português, o Decreto-Lei 3/2008, de 7 de janeiro, numa perspetiva de inclusão, refere a importância de “Planear um sistema de educação flexível, pautado por uma política global integrada, que permita responder à diversidade de características e necessidades de todos os alunos que implicam a inclusão das crianças e jovens com necessidades educativas especiais no quadro de uma política de qualidade orientada para o sucesso educativo de todos os alunos”. Pressupõe este normativo que a escola inclusiva seja implementada pela individualização e personalização das estratégias educativas para promover a aquisição de competências universais, por parte de todos. É ainda referido que todos os alunos têm necessidades educativas e que os apoios individualizados visam responder às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas, ao nível da atividade e participação, num ou vários domínios de vida.

A consolidação da escola inclusiva, onde a todos são oferecidas oportunidades de participação, é um processo complexo. Muitos obstáculos ainda permanecem.

O preconceito, a falta de diálogo, o insuficiente trabalho cooperativo e a defesa de interesses particulares continuam a ser barreiras que se erguem neste percurso rumo à equidade e ao sucesso educativo. Participar é a palavra-chave para a inclusão, pois impulsiona ação e esta é fundamental para operar mudança.

> Necessidades educativas especiais

Considerando o princípio basilar da escola inclusiva, que assenta na ideia de uma escola de todos, para todos, é fundamental estabelecer a ligação com a inserção plena de crianças com NEE.

Os sistemas educativos devem ser implementados considerando que os fins educativos devem ser os mesmos para todos os alunos. Mas todos eles, ao longo da sua escolaridade, precisam de ajudas de tipo humano ou material para alcançar as metas educativas. Pode-se, assim, considerar que todos os alunos têm necessidades educativas. Há, no entanto, aqueles que, para além disto, e de uma forma complementar, necessitam de ajudas especiais para alcançar as metas propostas, ou seja, têm necessidades educativas especiais.

Na Declaração de Salamanca (1994), o termo necessidades educativas especiais, refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto, possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto, durante a sua escolarização. São, portanto, as escolas que se devem ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras.

Segundo a perspetiva de Correia (1999),

O termo N.E.E. vem assim, responder ao princípio da progressiva democratização das sociedades, reflectindo o postulado da integração proporcionando igualdades de direitos nomeadamente no que diz respeito à discriminação por razões de raça, religião, opinião, características intelectuais e físicas a toda a criança e adolescente em idade escolar” (p. 47).

Segundo Brennan (1988) citado por Correia (2008), há uma necessidade educativa especial:

quando um problema (físico, sensorial, intelectual, emocional, social ou qualquer combinação destas problemáticas) afeta a aprendizagem ao ponto de serem necessários acessos especiais ao currículo, ao currículo especial ou modificado, ou a condições de aprendizagem especialmente adaptadas para que o aluno possa receber uma educação apropriada. Tal necessidade educativa pode classificar-se de ligeira a severa e pode ser permanente ou manifestar-se durante uma fase do desenvolvimento do aluno (p.44).

Necessidades educativas especiais são, assim, problemas de aprendizagem decorrentes de disfunções nas capacidades de aprendizagem. Quando as capacidades sensoriais, cognitivas e motoras, por algum fator de ordem orgânica ou ambiental, revelam dificuldades, então, estamos perante alunos que necessitam do apoio de serviços de educação especial, em algum momento ou em todo o seu percurso escolar, de forma a permitir a sua participação educativa e social, numa escola que se pretende inclusiva e de qualidade. Também as crianças que, cognitivamente e artisticamente, se revelem superdotadas, requerem uma intervenção educativa especial para que seja conseguido um efetivo e total desenvolvimento do seu rico potencial. Neste âmbito, é importante que o professor se focalize no processo de aprendizagem da criança e não apenas no produto das suas realizações. O conceito de necessidades educativas especiais pressupõe, assim, que para cada criança se proceda a uma cuidadosa identificação e avaliação das suas necessidades educativas com a finalidade de ser organizado o programa que mais se adequa às suas características. No processo de avaliação, ter-se-á em consideração, os resultados obtidos por referência à CIF (Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde) da Organização Mundial de Saúde, e que servirão de base à elaboração do Programa Educativo Individual. Saliente-se que a referência à CIF corresponde a um paradigma em que as questões da funcionalidade dos indivíduos são vistas à luz de um modelo que abrange diferentes dimensões, resultando a funcionalidade de uma contínua interação entre a pessoa e o ambiente que a rodeia.

Em Portugal, a noção de necessidades educativas especiais apareceu na década de sessenta, mas, só com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, o conceito de necessidades educativas especiais é formalmente introduzido na legislação (Lei n.º 46/86 de 14 de outubro). Apesar disso, até 1990, continuava a aceitar-se a exclusão de crianças com dificuldades das instituições escolares. Posteriormente, com a publicação do Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de agosto, agora substituído pelo Decreto-lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro, a educação especial assume novos contornos.

Analisando o Decreto-Lei 3/2008, de 7 de janeiro, este refere que,

A educação especial tem como objectivos a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional e para uma transição da escola para o emprego das crianças e dos jovens com necessidades educativas especiais (capítulo I, artigo 1º).

A filosofia da escola inclusiva norteia este normativo e a participação de todos é a pedra de toque neste objetivo primordial de inclusão, para o qual deve caminhar a ação da educação especial.

As necessidades educativas especiais podem dividir-se em dois grandes grupos, as de carácter permanente e as de carácter temporário.

Segundo Correia (1999), as necessidades educativas especiais de carácter permanente,

(...) são aquelas em que a adaptação do currículo é generalizada e objeto de avaliação sistemática, dinâmica e sequencial de acordo com os progressos do aluno no seu percurso escolar. Neste grupo, encontramos as crianças e adolescentes cujas alterações significativas no seu desenvolvimento foram provocadas, na sua essência, por problemas orgânicos, funcionais e, ainda, por défices socioculturais e económicos graves (p.49).

Abrangem, portanto, problemas do foro sensorial, intelectual, processológico, físico, emocional e outros problemas ligados ao desenvolvimento e à saúde do indivíduo.

Relativamente às necessidades educativas especiais temporárias, também Correia (1999) refere que,

são aquelas em que a adaptação do currículo escolar é parcial e se realiza de acordo com as características do aluno, num certo momento do seu percurso escolar. Geralmente podem manifestar-se como problemas ligeiros de leitura, escrita ou cálculo ou como problemas ligeiros, atrasos ou perturbações menos graves ao nível do desenvolvimento motor, perceptivo, linguístico ou socioemocional (p.52).

Quer para as necessidades educativas especiais de carácter permanente, quer para as necessidades educativas especiais de carácter temporário, os objetivos educacionais devem ser definidos com vista à melhoria da aprendizagem e à concretização dos três níveis de desenvolvimento essenciais: académico, socioemocional e pessoal.

Segundo Ainscow (1998), as necessidades educativas especiais estão intimamente ligadas com o desenvolvimento da criança e com a necessária adequação curricular, o que implica a adaptação das escolas de forma a permitir encontrar respostas para a diversidade de interesses e as necessidades dos seus alunos. A valorização da diversidade, o respeito pela diferença e o combate à exclusão são os pressupostos da escola contemporânea. Uma escola de e para todos, a escola inclusiva, é, assim, o grande desafio das sociedades atuais.

> Contributo da biblioteca escolar para a escola inclusiva

> Missão e finalidades da biblioteca escolar

A biblioteca escolar assume, no paradigma educacional do século XXI, a missão primordial de apoiar alunos e professores no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, disponibilizando equipamento diversificado e informação em diferentes formatos e suportes, promovendo a igualdade no acesso e colaborando na planificação e dinamização de atividades de aprendizagem centradas no aluno e nas suas necessidades. Na definição apresentada por Lourense Das (2008) sobre a conceção de uma biblioteca escolar no século XXI, a autora refere que a biblioteca escolar é mais do que uma sala com livros e serviços, é uma função na escola. Também, segundo Valverde (2000) a Biblioteca Escolar é um recurso coletivo que permite a todos os alunos, sem exceção, o acesso aos instrumentos de aprendizagem, à informação e à leitura, garantindo, assim, uma educação, em condições de igualdade.

Mas, perante a crescente inclusão de alunos com necessidades educativas especiais nas escolas do ensino regular, as bibliotecas escolares veem-se, hoje, confrontadas com a necessidade de responder a uma população escolar com características diversas e que requer, em muitas situações, meios tecnológicos e recursos documentais diferenciados, para aceder à informação. Criar bibliotecas inclusivas que proporcionem reais oportunidades de acesso à informação para todos os alunos, é, talvez, um dos maiores desafios colocados às atuais bibliotecas escolares, que se pretendem assumir como espaços privilegiados para o desenvolvimento da aprendizagem e das literacias e como garante da igualdade de oportunidades.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), devem ser contemplados a liberdade intelectual e o acesso à informação como direitos fundamentais. Assim, também as bibliotecas escolares deverão desenvolver um trabalho que contribua para uma escola verdadeiramente inclusiva.

Analisando os documentos orientadores da biblioteca escolar, a nível internacional, verificamos que já o *Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA/UNESCO* (1999) preconizava a igualdade no acesso aos serviços da biblioteca, no contexto da diversidade:

As bibliotecas escolares devem disponibilizar os seus serviços de igual modo a todos os membros da comunidade escolar, independentemente da idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e estatuto profissional ou social. Aos utilizadores que por qualquer razão, não possam utilizar os serviços e materiais comuns da biblioteca, devem ser disponibilizados serviços e materiais específicos (p. 1).

Ainda, o *Manifesto de Alexandria sobre as bibliotecas: a sociedade da informação em ação* (IFLA, 2005) proclama o papel fundamental das bibliotecas na construção de uma sociedade da informação aberta e democrática, destacando a função daquelas no combate à infoexclusão. O documento refere que as bibliotecas e os serviços

de informação disponibilizados têm o papel exclusivo de responder às questões particulares e necessidades individuais dos seus utilizadores. Parece, pois, claro o papel que a biblioteca pode desempenhar no contributo para a inclusão, no contexto da diversidade que, cada vez mais, caracteriza as comunidades educativas do século XXI.

Também no âmbito das *Diretrizes da IFLA/UNESCO para as bibliotecas escolares* (2015), a biblioteca escolar é definida como um espaço de aprendizagem físico e digital onde a leitura, a pesquisa, a investigação, o pensamento, a imaginação e a criatividade são fundamentais para o percurso formativo de todos os alunos. Defende-se, assim, o compromisso de permitir que todos os membros da comunidade “participem e beneficiem das suas atividades, independentemente da sua cidadania, deficiência, origem étnica, género, localização geográfica, língua, filosofia política, raça ou religião” (p. 13).

Assim, a Biblioteca Escolar, para além de responder às necessidades curriculares, no âmbito do processo de ensino e aprendizagem, apresenta potencial para contribuir para os objetivos sociais da escola promovendo a inclusão dentro da diversidade e as relações com a comunidade. Constatamos, cada vez mais, que a biblioteca ao possibilitar, por exemplo, o acesso a livros e a outros recursos documentais a todos os alunos, inclusivamente àqueles que, de outra forma, não terão a possibilidade de aceder a esses recursos, constitui-se como uma plataforma essencial na redução das desigualdades de oportunidades.

Ainda, no âmbito do contributo que a biblioteca escolar poderá dar relativamente ao apoio aos alunos com necessidades educativas especiais, salienta-se um estudo de impacto levado a cabo por William e Wavell (2001), citado por Oliveira (2011), no qual se evidencia o papel positivo que a biblioteca escolar poderá desempenhar junto daqueles alunos, no que diz respeito à promoção da aquisição de competências transversais ao currículo, nomeadamente ao nível da motivação, do reforço da autonomia, do sentido de responsabilidade e da sua atitude face ao próprio processo de aprendizagem. Contudo, em Portugal, são limitados os estudos sobre a importância do papel formativo da biblioteca escolar no desenvolvimento de crianças com necessidades educativas especiais.

> Fatores facilitadores do desenvolvimento de bibliotecas escolares inclusivas

Após a análise dos documentos orientadores da ação da biblioteca escolar, de âmbito nacional e internacional e da opinião de diferentes autores, neste campo de estudo, parece seguro considerar que, para a consolidação de bibliotecas escolares inclusivas, vários fatores poderão tornar-se facilitadores. Apresenta-se, neste âmbito, uma síntese daqueles que se consideram primordiais.

a. Acesso, instalações e organização do espaço

Do ponto de vista do acesso, a localização da biblioteca, a organização do seu espaço e os recursos de informação disponibilizados são fundamentais para que ela possa responder à sua missão.

Já Pessoa (1994) referia que a localização do espaço da biblioteca é uma parte muito importante do seu sucesso, salientando que deve situar-se num ponto estratégico da escola, longe dos locais mais barulhentos, próximo de outros setores de apoio como a reprografia e permitir a acessibilidade de todos os utilizadores, incluindo os indivíduos com mobilidade reduzida. O ambiente da biblioteca deverá ser agradável, seguro e acolhedor. A iluminação deve ser apropriada, tirando o máximo partido da luz natural, e as instalações adequadas, quer para a instalação dos equipamentos e do fundo documental, em diferentes suportes, quer para a acomodação dos alunos e a realização de atividades que permitam a participação da diversidade dos utilizadores. Para assegurar mais eficazmente as suas funções, o espaço da biblioteca deverá ser bem dimensionado, em função do número e das características dos utilizadores, organizado e adaptado à existência de diversas funcionalidades e serviços.

Também na primeira edição das *Diretrizes da IFLA/UNESCO para as bibliotecas escolares*, publicada em 2002, já era preconizado que a Biblioteca Escolar:

Por desempenhar uma função importante enquanto portal para a nossa sociedade actual, cada vez mais baseada na informação [...] deve disponibilizar acesso a todos os equipamentos necessários: electrónicos, informáticos e audiovisuais. Estes equipamentos devem incluir: postos de trabalho informáticos, com computadores com acesso à Internet; catálogos acessíveis ao público, adequados às várias idades e aos diferentes níveis de estudo; [...]; equipamento de *scanner*; equipamento informático adequado especialmente para os deficientes visuais ou com outras deficiências físicas ou motoras (p. 8).

O mesmo documento recomendava, ainda, relativamente ao equipamento, uma conceção correspondente às necessidades especiais da população escolar, da forma menos restritiva possível, considerando, ainda, a necessidade de o equipamento informático ser adequado especialmente para os deficientes visuais ou com outras deficiências físicas ou motoras. O referido documento refere também que “Todos os utilizadores devem ser tratados com igualdade, independentemente das suas competências ou história pessoal” (p. 14) e que, no âmbito da cooperação entre os docentes e o professor bibliotecário, este deverá “(...) ajudar os professores a lidar com situações heterogéneas nas aulas organizando serviços especializados para aqueles que precisam de mais apoio e o para os que precisam de mais estímulo”(p.17). Mais é referido que “A biblioteca escolar é um local onde as diferenças individuais se entrelaçam com a diversidade de recursos e de tecnologias. Quando os alunos trabalham em grupo, aprendem a defender opiniões e a criticar opiniões de forma construtiva. Contactam com ideias diversificadas e mostram respeito pelas histórias pessoais dos outros e pelas suas maneiras próprias de aprender” (p. 22).

Nas *Diretrizes da IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar*, mais recentemente editadas (2015) no que diz respeito às condições da localização e do espaço, também é notória a preocupação de se “constituir um espaço físico e digital aberto e acessível a todos” (p. 18) e de se considerar, no “planeamento das instalações da biblioteca, o *design* adequado para utilizadores com necessidades especiais” (p.37).

De acordo com as recomendações da Rede de Bibliotecas Escolares, no documento *Orientações para a instalação das Bibliotecas em Escolas do Ensino Secundário e EB23* (2008), é preconizado que a biblioteca escolar deverá dispor de instalações próprias, adequadas às suas funções, numa localização central da escola e de fácil acesso, a partir das salas de aula e a partir do exterior, considerando a sua utilização por outros membros da comunidade local. O equipamento e mobiliário devem ser específicos para as bibliotecas escolares e relativamente a cada uma das áreas e zonas de funcionamento, respeitando as normas básicas da funcionalidade, resistência e estética. Os equipamentos eletrónicos, informáticos e audiovisuais deverão adequar-se às características dos utilizadores e o mobiliário deve permitir o livre acesso.

Saliente-se que a disposição do equipamento, no espaço disponível da biblioteca, deverá ser criteriosamente pensada, atendendo às características e necessidades dos utilizadores. As estantes devem estar em livre acesso, devidamente sinalizadas e o espaço entre diferentes filas de prateleiras deve ser superior ao ocupado por utilizadores em pé e por outros, por exemplo, em cadeira de rodas (Pessoa, 1994). Em caso de necessidades especiais dos utilizadores, a sinalética da biblioteca deve utilizar outras formas de comunicação como o braille ou a comunicação aumentativa. Nas escolas/ agrupamentos onde funcionem unidades de apoio especializado à educação de alunos com multideficiência será certamente fundamental a existência de equipamentos específicos, de acordo com as características dos alunos com necessidades educativas especiais e nomeadamente com um currículo específico individual. A título de exemplo, refere-se a aquisição de equipamentos para facilitar o acesso ao computador e tablets, tais como manípulos, terminal braille, apontador, teclados com contraste, ecrã tátil, etc. Existem já várias empresas especializadas onde estes e outros equipamentos podem ser adquiridos e adaptados ao público-alvo.

Para que a biblioteca escolar se constitua como um recurso de informação e um espaço de aprendizagem, acessível a toda a comunidade escolar, deve funcionar em regime de livre acesso, permitindo a procura autónoma de informação e a sua utilização em diferentes situações. Deve ainda facultar a consulta e a leitura presencial, o empréstimo domiciliário e para os diferentes locais da escola, e sempre que possível, abrir-se à comunidade (Veiga, Barroso, Calixto, Calçada & Gaspar, 1996). Acrescentar-se-ia a estas considerações o funcionamento da biblioteca num horário, o mais alargado possível (por exemplo, a abertura da biblioteca à hora do almoço parece muito importante pois é nesse período que muitos alunos a podem utilizar, de forma livre e espontânea) e a importância da organização de atividades de formação de utilizadores, de modo a divulgar a forma como a biblioteca está organizada e como podem ser explorados os seus recursos e serviços.

b. Constituição e desenvolvimento da coleção

Para que a biblioteca escolar possa desempenhar, de forma eficaz, o seu papel dinamizador no processo de ensino e de aprendizagem, contribuindo para a qualidade da educação que a escola oferece, tem de assegurar recursos e serviços adequados, nomeadamente, uma gestão enquadrada e contextualizada da respetiva coleção. “Por coleção entenda-se o conjunto de recursos documentais da biblioteca escolar, em diferentes suportes (livro, não livro e documentação em linha), geridos por esta

e de acesso local ou remoto” (Rede de Bibliotecas Escolares, 2011, p. 1).

Também Bishop (2007), define coleção como o conjunto de recursos de informação (impressos, não impressos e eletrônicos) selecionados e geridos pelo professor bibliotecário, com vista a servir uma comunidade de utilizadores definida (docentes, alunos e, por vezes, os respetivos pais e encarregados de educação). Fica claro que, nesta definição, o autor considera os recursos de informação, em diferentes suportes, incluindo bases de dados acessíveis via Internet e subscritas pela biblioteca, sítios da Internet selecionados pelo professor bibliotecário, materiais de bibliotecas virtuais que podem ser acedidos através das hiperligações geridas por este profissional, bem como todos os documentos constantes do catálogo coletivo em que a biblioteca se integre e a que pode ter acesso através de empréstimo interbibliotecas. A coleção é, assim, vista como um elemento-chave do programa de ação da biblioteca, constituindo um meio fundamental para responder às necessidades de ordem informativa e formativa dos seus utilizadores, consistente com o currículo escolar e com as identidades nacionais, étnicas e culturais dos membros da comunidade educativa. É fundamental a constituição de uma coleção equilibrada com materiais atuais e relevantes para assegurar o acesso aos utilizadores de várias faixas etárias, capacidades diferenciadas e estilos de aprendizagem diferentes.

Atendendo ao que já foi exposto, considera-se que a qualidade dos recursos documentais será, assim, uma mais-valia, no âmbito do processo pedagógico e formativo dos utilizadores da biblioteca escolar e, por isso, torna-se necessário que em cada biblioteca sejam definidos critérios rigorosos que orientem a criação de uma política documental, para a constituição e desenvolvimento da coleção. Segundo as *Diretrizes da IFLA/ UNESCO para as bibliotecas escolares* (2015),

A biblioteca escolar tem de fornecer acesso a uma vasta gama de recursos físicos e digitais para atender às necessidades dos utilizadores de acordo com a sua idade, língua e origem. As coleções têm de ser desenvolvidas continuamente para garantir que os utilizadores têm acesso a materiais novos e relevantes (p.37).

Mais é referido, no documento, que a política de gestão da coleção é, por isso, fundamental, devendo definir os objetivos, o âmbito e os conteúdos da coleção, bem como o acesso a recursos externos. Saliente-se que os recursos digitais como *ebooks*, periódicos em linha, jogos de vídeo e materiais de aprendizagem multimédia devem constituir uma parte cada vez mais substancial da coleção da biblioteca.

Já em 1996, a Rede de Bibliotecas Escolares estabelecia que cada biblioteca devia dispor de um fundo documental atualizado e ajustado às necessidades de alunos e professores, incluindo obras de apoio ao currículo, coleções de literatura, particularmente infantil e juvenil, jornais e revistas, DVD, CD áudio e CD-ROM educativos, informativos e lúdicos e uma seleção de *sites* Internet. Assim, qualquer material que possa contribuir para o processo de ensino e aprendizagem, para o desenvolvimento cultural e científico e ainda para reforçar o gosto pela leitura pode ser considerado um recurso de informação e poderá ser disponibilizado pela biblioteca.

A definição dos procedimentos a adotar na constituição do fundo documental mínimo das Bibliotecas Escolares deverá ter em conta as recomendações de organismos internacionais, nomeadamente, as linhas orientadoras da UNESCO. Neste âmbito, o relatório *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares* (Veiga et al, 1996) sugere, de acordo com as orientações da UNESCO, que se considere como fundo documental mínimo, um conjunto de documentos igual ao número de alunos da escola multiplicado por dez. Aquele relatório refere ainda que para que o fundo documental da biblioteca esteja em permanente atualização, devem ser consideradas, nos orçamentos das escolas, verbas específicas para novas aquisições.

De acordo com as linhas orientadoras para a política de constituição e desenvolvimento da coleção (Rede de Bibliotecas Escolares, 2011):

A definição da política documental, para a escola/ agrupamento, deve ter em conta a missão e objetivos da biblioteca e resulta da aprovação em Conselho Pedagógico; deve estar contemplada no Regulamento Interno da escola/ agrupamento de escolas e ser assegurada com carácter de continuidade, por um prazo previamente definido e articulado com os restantes projetos pedagógicos a desenvolver, embora possa vir a ser validada, avaliada e reformulada, findo o prazo de execução previsto, em função da expressão das reais necessidades e interesses da comunidade educativa (p. 1).

Aquela política documental deverá resultar da avaliação do perfil e da dimensão da comunidade de utilizadores, após a análise das respetivas necessidades. Na sua conceção ter-se-ão ainda em conta pressupostos como o envolvimento das diferentes estruturas pedagógicas e de gestão da escola; o respeito pelo currículo nacional e pelo projeto educativo da escola; a articulação entre diversas entidades (outras bibliotecas, câmara municipal, associações locais, etc.) e a definição dos responsáveis pela sua execução (RBE, 2011).

É ainda necessário avaliar a coleção existente para que, a partir daí, se proceda ao planeamento da política de aquisições, nunca perdendo de vista a ideia de que a coleção da biblioteca é um recurso dinâmico. De acordo com a Rede de Bibliotecas Escolares (2011), a coleção:

(...) será sempre limitada por não poder conter toda a informação disponível no mercado, e considerando que, atualmente, a coleção extrapola o conceito de “local”, na medida em que incorpora o acesso “remoto” à informação e ao desenvolvimento do conhecimento, mais importante é a constituição de um fundo inicial capaz de responder à comunidade de utilizadores (p. 3).

Ainda sobre a avaliação da coleção, a Rede de Bibliotecas Escolares (2011) refere que:

a avaliação e gestão adequadas da coleção permitem não só uma resposta fundamentada face a mudanças orçamentais, de suportes e outras, mas também a racionalização dos recursos existentes na biblioteca/bibliotecas do agrupamento, possibilitando a desejável adequação às necessidades da escola/ agrupamento,

a resposta eficaz a necessidades pedagógicas relacionadas com os programas curriculares, de enriquecimento curricular, lúdicas e a específicas, como por ex., multiculturais e outras destinadas a utilizadores especiais (p.3).

Tendo em conta que Stripling (1996) afirma que as bibliotecas escolares, ao contrário de outras bibliotecas de diferente tipologia, não podem ser dissociadas das escolas onde funcionam, correlacionando o sucesso desses serviços de informação e a qualidade da educação que essas mesmas escolas oferecem, é pois, fundamental que a coleção de cada biblioteca escolar responda aos interesses intelectuais e às necessidades curriculares dos utilizadores e que assegure a disponibilização de diferentes formatos e suportes, acompanhando a inovação tecnológica da sociedade contemporânea e os pressupostos da inclusão.

De acordo com Correia (2008),

a criança e o adolescente com NEE têm, como quaisquer outros alunos, direito a um programa de educação público, adequado e gratuito, num meio de aprendizagem, o mais apropriado possível, que responda às suas necessidades educativas e ao seu ritmo e estilos de aprendizagem. A Escola deve, pois, estar preparada para dar uma resposta eficaz à problemática do aluno com NEE, de acordo com as suas características, capacidades e necessidades (p.45).

Assim, no âmbito da escola inclusiva, e relativamente à constituição e atualização da coleção, salienta-se a pertinência da articulação da biblioteca escolar também com as equipas de docentes de educação especial e terapeutas com funções na escola/ agrupamento, pois o seu conhecimento dos alunos com necessidades educativas especiais será um valioso contributo para a tomada de decisões relativamente às necessidades de documentação específica a integrar a coleção. Em escolas/ agrupamentos de referência, por exemplo, para alunos autistas, para alunos surdos ou alunos cegos e de baixa visão, ou onde estejam instaladas unidades de apoio especializado à educação de alunos com multideficiência, o planeamento e a execução de atividades inclusivas dependem, certamente, da existência de fundo documental adequado às reais necessidades daqueles utilizadores.

Atendendo a que as bibliotecas escolares se vêem, hoje, confrontadas com a imprescindibilidade de responder a uma população escolar com competências significativamente diversas e que requer, em muitas situações, meios tecnológicos diferenciados de acesso à leitura, a Rede de Bibliotecas Escolares lançou o projeto de leitura inclusiva *Todos juntos podemos ler* (2010), de modo a “Promover o sucesso escolar criando oportunidades de leitura para TODOS os alunos, incluindo os que apresentam necessidades educativas especiais” (p. 1). Trata-se de um projeto que tem como objetivos, dotar as bibliotecas escolares de recursos adequados, em diferentes formatos acessíveis aos alunos com NEE e desenvolver boas práticas de promoção da leitura, tendo em conta as capacidades e necessidades individuais dos alunos. Sem nunca perder de vista a realidade de cada escola/ agrupamento, pode ser adquirido

fundo documental em vários formatos como *ebooks*, recursos em braille e ampliados, em linguagem gestual portuguesa, em SPC (símbolos para a comunicação) e audiolivros. Também, relativamente ao *software* inclusivo, podem ser considerados, entre outros, os recursos de comunicação aumentativa e para o desenvolvimento de competências ao nível da literacia e da numeracia, da linguística, oralidade e fonologia e ainda, da atenção/ concentração e memorização. Estes e outros recursos inclusivos adquiridos pelos agrupamentos de escolas poderão circular pelos diferentes estabelecimentos de ensino que integram o agrupamento, otimizando a sua utilização, numa dinâmica de partilha e de trabalho colaborativo entre diferentes contextos escolares.

Parece, pois, clara a preocupação da Rede de Bibliotecas Escolares em contribuir para o desenvolvimento de bibliotecas escolares inclusivas, que proporcionem reais oportunidades de leitura para todos os alunos, adquirindo recursos específicos (livros e *software* educativo, tecnologias de apoio...) e implementando estratégias e práticas inclusivas, de acordo com as características e necessidades identificadas em cada contexto, numa dinâmica de colaboração efetiva entre o professor bibliotecário, os professores titulares de turma, os docentes de diferentes áreas curriculares, os docentes de educação especial e outros agentes educativos.

Saliente-se que, apesar de ser enfatizada neste estudo a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, sobretudo de caráter permanente, uma biblioteca escolar que se pretende verdadeiramente inclusiva não poderá deixar de considerar a aquisição de documentos por exemplo bilingues, uma vez que em muitas comunidades escolares têm aumentado os utilizadores de outras nacionalidades, cuja língua materna não é o português. Com a mobilidade de pessoas que se verifica atualmente, sobretudo em contexto europeu, é fundamental pensar, também, na inclusão destes diferentes leitores.

c. O papel do professor bibliotecário

Para que a biblioteca escolar possa cumprir com eficácia a sua missão e desempenhe bem o papel que dela é esperado, é fundamental que seja gerida por uma equipa educativa, coordenada por um professor bibliotecário, com perfil e formação adequados.

Sobre este assunto, as *Diretrizes da IFLA/UNESCO para as bibliotecas escolares (2015)* referem o papel da equipa da biblioteca, nomeadamente, as funções do professor bibliotecário, dos assistentes da biblioteca e de outros colaboradores. No que concerne à função do bibliotecário escolar, este documento preconiza:

O papel principal do bibliotecário escolar é contribuir para a missão e objetivos da escola. Em colaboração com a gestão e os professores da escola, o bibliotecário desenvolve e implementa serviços e programas baseados no currículo que apoiam o ensino e a aprendizagem para todos. (p. 31).

Ao professor bibliotecário compete, assim, coordenar com eficácia o programa da biblioteca na escola, de modo a que os alunos possam potencializar a utilização dos materiais, dos meios e dos equipamentos, tendo como pressuposto a planificação desenvolvida em cooperação, na escola, pois a colaboração é uma parte essencial do trabalho daquele. A propósito do papel a desempenhar pelo professor bibliotecário,

Martins (2011) refere que “O PB, enquanto líder, deve assumir um papel fulcral a vários níveis: científico, organizador, motivador e facilitador” (p.125). Destaca ainda os seguintes indicadores de liderança do professor bibliotecário como sendo fundamentais: a motivação, a capacidade de gestão, a aprendizagem contínua, a comunicação, as relações interpessoais e a liderança.

Ainda, no âmbito das funções do professor bibliotecário, considera-se, também, o contributo de Todd (2010) que refere que a função do professor bibliotecário implica um trabalho de proximidade e articulação com os professores que trabalham diretamente com as turmas, para a programação de experiências de aprendizagem autênticas e para a preparação de instrumentos de avaliação do conhecimento dos alunos que integrem as capacidades de uso da informação e comunicação previstas nos objetivos curriculares (p. 26).

Por sua vez, Miranda, citado por Proença (2012), refere que o professor bibliotecário tem de ser dinâmico e empenhado, deve saber manter um bom relacionamento interpessoal, deverá possuir também boa capacidade de gestão dos recursos materiais e humanos, assim como uma coordenação eficaz no plano pedagógico da BE, deverá atualizar constantemente os seus conhecimentos técnicos, científicos e pedagógicos, ser criativo e inovador (p. 25).

Da análise do quadro legislativo nacional, nomeadamente, a Portaria n.º 192-A/2015, de 29 de junho, destaca-se o papel do professor bibliotecário na programação para o desenvolvimento curricular e a importância do trabalho colaborativo com o órgão de gestão e os professores. Assim, caberá ao professor bibliotecário o conhecimento e as competências relacionados com o acesso e o tratamento da informação, bem como a perícia na utilização de fontes, em diferentes suportes. O seu conhecimento e as suas competências deverão ir ao encontro das necessidades de uma comunidade escolar específica. Na designação dos elementos da equipa da biblioteca escolar, ter-se-á em consideração o seu perfil funcional, formação e/ou experiência na organização e gestão de bibliotecas e apetência para desenvolver competências nessa área.

De acordo com a Rede de Bibliotecas Escolares (2008), o professor coordenador da biblioteca escolar é, atualmente, considerado um gestor de informação, facilitando o acesso, quer à documentação existente na biblioteca, quer a recursos eletrónicos remotos. Acresce a este papel um conjunto de tarefas pedagógicas e de participação nas atividades de ensino e aprendizagem, de apoio à formação dos utilizadores e de produção e divulgação de conteúdos. Mas, o coordenador da biblioteca deverá, ainda, contribuir para a dinamização pedagógica e cultural deste centro de recursos, consolidando o papel transversal da biblioteca na comunidade educativa. Refira-se, também, a importância que deverá ser atribuída aos restantes elementos que constituem as equipas das bibliotecas, nomeadamente, os assistentes operacionais, cuja colocação tem ficado ao critério da direção das escolas que lidam com recursos cada vez mais escassos.

A tarefa dos professores bibliotecários, na atualidade, é, portanto, exigente pois devem assegurar, na escola, o funcionamento e a gestão das bibliotecas, promovendo atividades de forma continuada e coesa para todos, em articulação com o currículo e contribuindo para o desenvolvimento das diferentes literacias. Compete-lhes gerir

as bibliotecas escolares, enquanto espaços agregadores de conhecimento, de recursos diversificados, de suporte às aprendizagens e para a construção da cidadania, pois de acordo com a afirmação de Todd (2010) “Se as bibliotecas escolares não contribuírem para o sucesso das aprendizagens e se os professores bibliotecários forem incapazes de trabalhar para aquele objetivo, serão as próprias bibliotecas escolares a ser arrastadas para terreno pouco firme e para situações de incerteza” (p. 27).

Mas, atendendo aos pressupostos da escola inclusiva, a tarefa do professor bibliotecário do século XXI é ainda mais ambiciosa. Ele deverá ser capaz de gerir a diversidade cultural que caracteriza, cada vez mais, o meio escolar e integrar as diferenças, atendendo às necessidades especiais de certos alunos, mas também às especificidades dos outros, porque todos têm necessidades próprias e todos podem participar e aprender. Cabe ao professor bibliotecário assegurar a organização do espaço da biblioteca, implementando as alterações necessárias para facilitar o acesso e a circulação de todos os utilizadores, designadamente, as pessoas com mobilidade reduzida; prever o mobiliário adequado para facilitar a utilização das estantes e dos espaços de estudo a utilizadores com necessidades especiais; pensar em formas inclusivas de catalogação do fundo documental; tornar a sinalética da biblioteca mais inclusiva recorrendo, por exemplo ao braille ou ao sistema colorADD (sistema de identificação das cores para daltónicos). Outras ações poderiam aqui ser elencadas, mas a realidade de cada escola/ agrupamento exigirá uma avaliação específica das necessidades dos seus utilizadores.

Munidas de equipamentos adequados, recursos humanos qualificados e fontes de informação diversificadas, em suporte impresso e digital, de acesso local e remoto, e nunca perdendo de vista as necessidades de todos os utilizadores, as bibliotecas escolares constituem, certamente, espaços acolhedores que podem e devem estimular ambientes de aprendizagem cada vez mais inclusivos, ajudando a escola na resposta à diversidade pessoal, social e cultural dos alunos.

d. O trabalho colaborativo

O trabalho colaborativo entre o professor bibliotecário e outros agentes educativos é referenciado por toda a literatura consultada como a pedra de toque para uma maior eficácia na concretização dos objetivos da biblioteca escolar. Para além de vários autores de referência, também os documentos orientadores do trabalho das bibliotecas escolares, a nível internacional, colocam, igualmente, ênfase nesta linha de trabalho.

Desde logo, o *Manifesto da biblioteca escolar da IFLA/UNESCO* (1999), que refere que, para garantir a eficácia e avaliação dos serviços trabalhar em conjunto com estudantes, professores, administradores e pais, para o alcance final da missão e objetivos da escola. Mais salienta que “está comprovado que quando os bibliotecários e os professores trabalham em conjunto, os alunos atingem níveis mais elevados de literacia, de leitura, de aprendizagem, de resolução de problemas e competências no domínio das tecnologias de informação e comunicação” (p. 2).

Partindo do pressuposto que a biblioteca escolar deve desempenhar um papel principal no cumprimento da missão e da visão da escola/ agrupamento, as suas atividades e serviços devem contemplar todos os potenciais utilizadores da comunidade escolar e ir ao encontro das necessidades particulares dos diferentes grupos-alvo. Os programas

e as atividades da biblioteca devem ser elaborados em estreita colaboração com o órgão de direção, os diferentes departamentos de docentes, os alunos e os pais e encarregados de educação.

A biblioteca escolar é uma componente essencial do processo de ensino e aprendizagem na escola, um contributo importante para o envolvimento dos alunos e um promotor fundamental de inclusão. Mas, para ser bem sucedida no cumprimento da sua missão educativa, a biblioteca deve envolver a comunidade educativa nas suas ações e serviços. A este respeito, refere Doll (2005), que o órgão de direção da escola deverá ser um participante ativo, capaz de mobilizar recursos e de fomentar o trabalho colaborativo, facilitando a interação entre diferentes agentes educativos. Neste âmbito, Taylor (2006) sugere que deverá ser o professor bibliotecário a tomar a iniciativa para estabelecer uma relação colaborativa, apresentando propostas concretas de atuação, sendo subtil no modo como apresenta e promove as suas funções no processo educativo e falar, previamente, com os outros docentes, de modo a garantir o seu apoio e colaboração. É, no entanto, de salientar que, enquanto líder educativo da escola, o(a) diretor(a) deve estar ciente da importância de um serviço eficaz de biblioteca escolar e encorajar a sua utilização. Deve trabalhar de perto com a biblioteca na elaboração dos planos de atividades e na definição de programas e garantir uma gestão flexível do tempo e dos recursos de modo a permitir aos docentes e à diversidade dos alunos o acesso à biblioteca e aos seus serviços.

De acordo com as *Diretrizes da IFLA/UNESCO para as Bibliotecas Escolares* (2015):

Os serviços e atividades devem ser concebidos por um bibliotecário escolar qualificado, trabalhando em estreita cooperação com o diretor ou coordenador, com os coordenadores de departamento e outros especialistas de aprendizagem na escola, com os professores de sala de aula, com pessoal de apoio e com os alunos. (p. 44).

A cooperação entre o professor bibliotecário e os restantes professores é, pois, essencial para otimizar o potencial dos serviços da biblioteca. Os coordenadores dos departamentos de docentes devem cooperar com a biblioteca na seleção e avaliação dos recursos de informação de acordo com as necessidades específicas das diferentes áreas disciplinares e encará-la como um importante centro de recursos educativos, devendo, por isso, integrá-la na planificação e desenvolvimento curricular. Para tornar os alunos ativos no processo educativo e desenvolver as suas competências de aprendizagem autónoma, os professores devem cooperar com a biblioteca no domínio das literacias, nomeadamente, a literacia da informação, a literacia da leitura e a literacia dos *media*.

A colaboração da biblioteca com os docentes passa, também, pelo estabelecimento de parcerias entre o professor bibliotecário e o docente de educação especial. Segundo Oliveira (2011) estes docentes “ao promoverem atividades de aprendizagem (envolvendo o professor curricular) facilitadoras de melhores aprendizagens, de uma melhor participação e acesso ao currículo e aos recursos existentes, podem viabilizar de modo mais eficaz a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais” (pp. 47 - 48). No âmbito do

trabalho colaborativo entre professor bibliotecário, professor curricular e professor de educação especial e da consequente partilha de conhecimentos específicos de cada uma das áreas de intervenção, podem ser inventariados recursos, definidas necessidades, discutidas as opções de aprendizagem disponíveis e estudadas as possibilidades de as implementar. Por exemplo, os alunos com dificuldades na leitura necessitam, certamente, de recursos de leitura alternativos e, em alguns casos, exigem até suportes e dispositivos especiais de leitura.

Downing (2006) refere que esta colaboração pode minimizar o impacto da existência de obstáculos, no que diz respeito, por exemplo, à identificação de recursos e materiais, por parte dos alunos, contribuindo, deste modo, para a reorganização do espaço, para melhorar o acesso à informação. Assim, fruto deste trabalho colaborativo poderá ser instalada, por exemplo, iluminação suplementar, adaptação de mobiliário ou, como já referido anteriormente, sinalética mais inclusiva.

As bibliotecas escolares de todo o mundo partilham o objetivo comum de contribuir para o processo de ensino e aprendizagem para todos. Assim, todo o trabalho colaborativo que envolva a biblioteca escolar e outros agentes da comunidade educativa tem como finalidade o interesse dos discentes. Estes devem ser incentivados ao uso autónomo da biblioteca, para aceder à informação em diferentes suportes e, com o apoio da equipa de docentes da biblioteca, desenvolver competências no âmbito das diferentes literacias, fundamentais para a aprendizagem ao longo da vida.

O envolvimento dos pais e encarregados de educação nas atividades e programas da biblioteca escolar não tem grande tradição no panorama educativo português. Ainda são poucas as escolas onde esta colaboração é uma realidade. Contudo, tal como é referido nas *Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar* (2015), “As Bibliotecas Escolares devem reconhecer a importância das famílias na educação dos seus filhos e o valor da transmissão intergeracional de conhecimentos” (p.32). Assim, o professor bibliotecário deve promover a cooperação dos pais e encarregados de educação, envolvendo-os nas atividades e programas da biblioteca, solicitando a sua participação em grupos de leitura, na procura de financiamentos, na organização de eventos culturais, de modo a que, também eles, possam contribuir para a motivação e o sucesso na aprendizagem dos seus educandos.

Pelo exposto, verifica-se que os documentos orientadores, desenvolvidos a nível internacional para o trabalho em bibliotecas escolares, consideram, de forma mais ou menos direta, a colaboração entre o professor bibliotecário e a restante comunidade educativa como uma dimensão importante da ação da biblioteca e da escola inclusiva.

Analisando, também, o documento *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares* (Veiga et al, 1996) depreende-se que, em vários pontos do documento, pelo modo como a biblioteca escolar é entendida e pelos objetivos que lhe são traçados, a importância do trabalho colaborativo no âmbito da ação da biblioteca na escola já estava implícita. O documento salienta o papel fundamental da biblioteca no desenvolvimento do currículo e como um núcleo da organização pedagógica da escola. Frisa que a biblioteca deve ter entre outros, o objetivo de tornar possível a plena utilização dos recursos pedagógicos existentes e dotar a escola de um fundo documental adequado às necessidades dos

utilizadores, das diferentes disciplinas e projetos de trabalho; que deve ajudar os professores a planificarem as suas atividades de ensino e a diversificarem as situações de aprendizagem. O documento refere ainda o papel do professor bibliotecário, destacando que este deverá perspetivar a biblioteca e as suas funções pedagógicas no contexto do projeto educativo da escola, promovendo a sua constante atualização e uma utilização plena dos recursos documentais, por parte de alunos e professores, quer no âmbito curricular, quer no da ocupação de tempos livres. Mas, a colaboração entre a biblioteca e os professores passou a assumir, mais recentemente, um papel de maior relevo, comparativamente com as orientações iniciais do programa. No conceito de biblioteca escolar, destaca-se a afirmação crescente e inequívoca do seu papel didático e pedagógico, enquanto espaço de aprendizagem autónoma e estrutura de suporte de atividades curriculares através da colaboração sistemática com os professores da escola.

Pela revisão da literatura, conclui-se que o trabalho colaborativo entre a biblioteca escolar e os vários agentes da comunidade educativa é uma condição essencial para a eficácia da sua missão. Contudo, a concretização do trabalho colaborativo continua a enfrentar obstáculos em algumas comunidades educativas. O documento *Avaliação do Programa Rede de Bibliotecas Escolares* (Costa, Pegado, Ávila & Coelho, 2010), refere que nas entrevistas realizadas com os coordenadores das bibliotecas escolares, estes afirmam que “nem sempre é fácil sensibilizar os professores para a integração dos recursos da BE nas suas práticas lectivas, para o desenvolvimento de actividades de leitura efectuadas com recurso a outros livros que não o manual escolar e para o trabalho cooperativo com a BE” (p.97). Segundo aquele estudo, alguns coordenadores das bibliotecas referem também que “os próprios professores não sentem a necessidade de recorrer à biblioteca, não estão sensibilizados para o recurso a outras fontes de informação e para as potencialidades que os recursos da BE podem trazer ao seu trabalho” (p. 97).

Importa também destacar a vertente da promoção e divulgação da biblioteca escolar. A difusão das atividades a desenvolver e da coleção da biblioteca é uma estratégia importante, para envolver a comunidade educativa e assegurar, com mais eficácia, as funções preconizadas. A divulgação é feita, maioritariamente, no espaço da biblioteca e no espaço escolar, em termos gerais, através de cartazes e panfletos, mas algumas recorrem também às suas páginas na Internet, a sítios eletrónicos de redes concelhias de bibliotecas escolares ou ao jornal escolar. De acordo com a Rede de Bibliotecas Escolares (2008),

deve ser estimulado um envolvimento das famílias e da própria comunidade nas atividades da biblioteca, chamando à participação em momentos e atividades em torno da promoção da leitura, debate sobre temas de interesse local, da formação profissional ou outros e facilitando-lhes, quando possível, o empréstimo domiciliário (p. 24).

Este alargamento da biblioteca à comunidade favorecerá, certamente, a sua valorização e o reconhecimento do seu papel na formação dos alunos e no apoio às aprendizagens.

Para que as bibliotecas se integrem verdadeiramente nas escolas/ agrupamentos onde se inserem, é fundamental que façam parte do seu projeto educativo, que os órgãos pedagógicos trabalhem em articulação com a biblioteca, planeando atividades em conjunto, que o professor bibliotecário participe nas reuniões realizadas na escola e que as ações e recursos da biblioteca sejam fruto de um consenso alargado, no seio da comunidade escolar.

> Considerações finais

De acordo com o paradigma educacional para o século XXI, em que a aprendizagem deve ser centrada no aluno e no processo, a biblioteca escolar deve ser encarada como um importante contributo para a construção do conhecimento, acessível a todos e a cada um, pois, pelas condições que disponibiliza relativamente ao acolhimento e acesso à informação em diferentes suportes, contribui para o desenvolvimento de ambientes formativos e de aprendizagem indispensáveis ao sucesso educativo e à formação do indivíduo ao longo da vida. A biblioteca escolar assume-se, progressivamente, como um espaço fundamental de trabalho autónomo e para a inclusão de todas as crianças e jovens, preparando-os para atuar numa sociedade cada vez mais marcada pelas novas tecnologias e pelos *media*.

No âmbito de uma escola que se quer inclusiva, um dos desafios que se colocam hoje à comunidade educativa é ser capaz de responder à diversidade de alunos que frequentam as escolas atuais, de modo a conseguir que todos, independentemente das suas diferenças, sejam elas de carácter cognitivo, socioeconómico, étnico, cultural, da personalidade ou familiar, tenham sucesso na sua aprendizagem. Assim, defende-se que também a biblioteca escolar poderá constituir um importante recurso para o desenvolvimento de práticas inclusivas, pois, de acordo com Oliveira (2011) “A BE promove a diversificação de práticas e a diferenciação de situações educativas. Alimenta a capacidade de resposta da escola à diversidade pessoal, cultural e social de cada aluno” (p.36).

Wesson e Keefe (1995) definem a biblioteca escolar como o centro da escola, a partir da qual práticas mais inclusivas podem ser implementadas, já que permite a aceitação das diferenças individuais. Esta opinião é partilhada por Jones (2000), que acrescenta que a criação de grupos de alunos monitores da biblioteca pode também dar oportunidade aos alunos com necessidades educativas especiais de fazer amigos e usufruir do apoio daqueles.

Também Jurkowsky (2006) atribui à biblioteca uma função importante de orientação e apoio, sobretudo para aqueles alunos que revelam desmotivação pela escola, dificuldades de aprendizagem, problemas de ordem emocional ou social, ou simplesmente para aqueles que apenas precisam de um pouco mais de atenção. Segundo o autor, a biblioteca escolar constitui um importante sistema, que, para além de satisfazer as necessidades de informação decorrentes das atividades desenvolvidas em sala de aula, deve orientar e apoiar:

- a pesquisa individual e a recolha de informação de acordo com os interesses pessoais dos alunos;
- a especificidade dos problemas de aprendizagem revelados pelos alunos, disponibilizando recursos materiais e atividades que contribuam para ultrapassar as dificuldades evidenciadas, otimizando, assim, a aprendizagem de todos e de cada um;
- os problemas sociais e/ou emocionais apresentados pelos alunos, propiciando

ambientes favoráveis ao diálogo, pois constata-se muitas vezes, que para muitos alunos com necessidades educativas especiais o espaço da biblioteca escolar constitui um refúgio e uma estrutura de apoio exterior à sala de aula.

A escola inclusiva não pressupõe apenas um processo contínuo de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais. O conceito de inclusão implica a verdadeira participação de todos e de cada um no processo educativo. Contudo, a escola inclusiva enfrenta, por vezes, obstáculos à sua consolidação. Uma biblioteca escolar cuja localização não permite o acesso aos indivíduos com mobilidade reduzida e cujo horário não responde às necessidades da diversidade dos utilizadores, apresenta obstáculos à inclusão, do ponto de vista do acesso; se o espaço da biblioteca não é considerado acolhedor, o mobiliário e o equipamento não se adequam e a política documental não contempla as origens, os interesses e as necessidades educativas de toda a população escolar, apresenta barreiras à participação e à aprendizagem de todos os alunos; quando a articulação entre a equipa da biblioteca escolar e os outros agentes educativos não se verifica ou é ineficaz, está-se perante indicadores que não favorecem o desenvolvimento de práticas inclusivas e não contribuem para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem e das competências no âmbito das diferentes literacias. Quando os pais e os encarregados de educação não participam no planeamento e na dinamização de atividades relacionadas com o processo educacional dos seus educandos, surgem entraves ao trabalho colaborativo fundamental a uma efetiva política de inclusão.

A inclusão consiste na minimização de todas as barreiras à educação de todos os alunos e, por isso, envolve mudança. Além disso, os desafios são constantes. Olhemos à nossa volta e tomemos como exemplo os movimentos migratórios e de refugiados que decorrem na atualidade. As sociedades globais do mundo em que nos inserimos vivem momentos de intensa mobilidade de pessoas que, por razões várias, por iniciativa própria ou por obrigação, deixam os seus países de origem e partem à aventura, para outros locais onde procuram asilo e refúgio. O continente europeu tem sido palco do aumento de movimentos migrantes e de refugiados de várias partes do mundo, tornando as comunidades europeias mais multiculturais, mas, simultaneamente, locais de problemas e tensões decorrentes de ações de discriminação, xenofobia e racismo. Nunca, como agora, o conceito de inclusão foi tão pertinente. O respeito pela diversidade cultural e o incentivo à coesão social que estes movimentos impõem deve ser encarado pelas comunidades educativas, em geral e pelas bibliotecas escolares, em particular, como uma oportunidade para desenvolver ações inclusivas, promotoras de uma Escola de tolerância e de participação.

Criar bibliotecas escolares inclusivas pressupõe um trabalho colaborativo entre os diferentes agentes da comunidade educativa, formas de comunicação dos recursos e atividades amistosas e eficazes e o desenvolvimento de políticas e estratégias que respondam à diversidade dos alunos e promovam a aprendizagem e a participação de todos. É, ainda, fundamental que os órgãos de direção valorizem e motivem para o uso da biblioteca e a enquadrem nos documentos orientadores da ação educativa da escola/agrupamento.

Apetrechar as bibliotecas com recursos de qualidade, em formatos acessíveis e integrá-las nas práticas letivas, articulando-as com o currículo e colocando-as ao serviço do processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos, é o contributo que delas se espera rumo à consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva. De acordo com Conde, Mendinhos e Correia (2017, p. 15) “Tratando-se de um recurso que se revela fundamental face aos desafios da sociedade atual, pelas condições de espaço e acolhimento, equidade no acesso à informação e possibilidades de aprendizagem que potencia, é hoje impensável idealizar a escola sem a biblioteca escolar”.

> Referências bibliográficas

Ainscow, M. (1998). *Necessidades educativas na sala de aula. Um guia para a formação de professores*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Assembleia da República (1986). *Lei n.º 46/86, de 14 de outubro*. Diário da República, 1.^a série – N.º 237.

Bishop, K. (2007). *The collection program in schools: concepts, practices and information sources*. Westport: Libraries Unlimited (Library and information science text series).

Correia, L. M. (1999). *Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares*. Coleção Educação Especial. Porto: Porto Editora.

Correia, L. M. (2008). *Inclusão e necessidades educativas especiais – Um guia para educadores e professores*. Coleção Necessidades Educativas Especiais. Porto: Porto Editora.

Costa, A. (Coord.); Pegado, E.; Ávila, P. & Coelho, A. (2010). *Avaliação do programa Rede de Bibliotecas Escolares*. Lisboa: Ministério da Educação – Rede de Bibliotecas Escolares. Retirado de <http://www.rbe.mec.pt/np4/31.html#1>

Das, L. H. (2008). Bibliotecas escolares no século XXI: à procura de um caminho. *Newsletter RBE*, n.º 3. Retirado de http://www.rbe.mec.pt/news/newsletter3/newsleter_n3_ficheiros/page0005.htm

Doll, Carol A. (2005). *Collaboration and the school library media specialist*. Oxford: Scarecrow Press.

Ducamp, J. (1997). *Os Direitos do Homem contados às crianças*. Lisboa: Terramar.

Fonseca, V. (1995). *Educação especial: programa de estimulação precoce*. 2.^a ed. Porto Alegre: Artmed Editora.

IFLA (2005). *Alexandria manifesto on libraries, the information society in action*. Retirado de www.ifla.org/publications/alexandria-manifesto-on-libraries-the-information-society-in-action

IFLA (2015). *Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar*. Retirado de <http://www.rbe.mec.pt/np4/1853.html#1>

IFLA/UNESCO (1999). *Manifesto da biblioteca escolar*. Retirado de <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>

IFLA/UNESCO (2002). *Diretrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares*. Retirado de <http://www.rbe.mec.pt/np4/346.html#1>

Jurkowsky, Odin L. (2006). The library as a support system for students. *Preview intervention in school & clinic*, vol.42, Issue 2. pp. 78-83. Retirado de <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/10534512060420020601>

Martins, M. J. (2011). *A liderança do professor bibliotecário à luz do modelo de autoavaliação das bibliotecas escolares*. Dissertação de mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares. Lisboa: Universidade Aberta.

Ministério da Educação (2008). *Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro*. Diário da República, 1.ª série – N.º 4.

Ministério da Educação e Ciência (2015). *Portaria n.º 192-A/2015, de 29 de junho*. Diário da República, 1.ª Série – N.º 124

Ministério da Educação. Gabinete da Rede Bibliotecas Escolares (2017). *Aprender com a biblioteca escolar: Referencial de aprendizagens associadas ao trabalho da biblioteca escolar na educação pré-escolar e nos ensino básico e secundário*. Lisboa: RBE. Retirado de http://www.rbe.mec.pt/np4/referencial_2017.html#1

Oliveira, M. E. (2011). *O contributo da biblioteca escolar para o desenvolvimento e sucesso educativo das crianças com necessidades educativas especiais*. Dissertação de mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares. Lisboa: Universidade Aberta.

OMS (2001). *Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde (CIF)*. Lisboa: Direção Geral da Saúde.

ONU (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Resolução 217 da Assembleia Geral da ONU. Paris.

Pessoa, Ana M. (1994). *A biblioteca escolar: organização para uma pedagogia diferente do 1.º ciclo do ensino básico ao final do ensino secundário*. Porto: Campo das Letras.

Proença, J. P. (2012). *Biblioteca escolar e Web 2.0 – Questões em torno de algumas práticas em implementação e perceção do impacto no trabalho da biblioteca*. Dissertação de mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares. Lisboa: Universidade Aberta.

Ministério da Educação. Gabinete da Rede Bibliotecas Escolares (1996). *Relatório-síntese do lançamento da Rede de Bibliotecas Escolares*. Retirado de <http://www.rbe.mec.pt/np4/446.html#1>

Ministério da Educação. Gabinete da Rede Bibliotecas Escolares (2008). *Escolas do Ensino Secundário e EB23. Orientações para a instalação das bibliotecas*. Retirado de http://www.rbe.mec.pt/np4/file/100/orientacoes_bibliotecas_es.pdf

Ministério da Educação. Gabinete da Rede Bibliotecas Escolares (2008). *Rede de Bibliotecas Escolares – School Libraries Network (apresentação bilingue do Programa)*. Retirado de <http://www.rbe.min-edu.pt/np4/111.html#1>

Ministério da Educação. Gabinete da Rede Bibliotecas Escolares (2010). *Todos juntos podemos ler*. Retirado de <http://www.rbe.min-edu.pt/np4/251.html#1>

Ministério da Educação. Gabinete da Rede Bibliotecas Escolares (2011). *Política de gestão da coleção. Linhas orientadoras para a política de constituição e desenvolvimento da coleção*. Retirado de <http://www.rbe.mec.pt/np4/103.html#1>

Rodrigues, D. (Org.) (2011). *Educação inclusiva. Dos conceitos às práticas de formação*. Lisboa: Instituto Piaget.

Serrano, J. (2008). *Educação inclusiva: o impacto da divergência conceptual. Cadernos de investigação aplicada*, vol. II, pág. 119 e 120. Lisboa: Edições Universitárias Lusófona.

Stripling, B. (1996). Quality in school library media programs: Focus on learning. *Library trends*, vol. 44, n.º 3, pp. 31-56. Winter. Retirado de <https://www.thefreelibrary.com/Quality+in+school+library+media+programs%3a+focus+on+learning.-a018015827>

Taylor, J. (2006). *Information literacy and the school media center*. London: Libraries Unlimited.

Todd, R. (2010). Aprendizagem na escola da era da informação: Oportunidades, resultados e caminhos possíveis. *Noesis*, 82, 24-29.

Todd, R. (2011). *O que queremos para o futuro das bibliotecas escolares*. Lisboa: Rede de Bibliotecas Escolares. Retirado de <http://www.rbe.mec.pt/np4/396.html#1>

UNESCO (1990). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Retirado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>

UNESCO (1994). *Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais*. Conferência Mundial da UNESCO sobre necessidades educativas especiais. Retirado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>

Valverde, P. (2000). *La biblioteca un centro clave de documentación escolar: organización, dinamización y recursos en secundaria*. Madrid: Narcea.

Veiga, I., Barroso, C., Calixto, J. A., Calçada, T. e Gaspar, T. (1996). *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação. Retirado de: <http://www.rbe.mec.pt/np4/94.html#1>

Wesson, C.; Keefe, M. (1995). *Serving special needs students in the school library media center*. Connecticut: Greenwood professional guides in school.

